



T0696002N

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N° 006/2022



ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETORIA-GERAL DA  
PÓLICIA CIVIL DGPC SUPERINTENDÊNCIA DE RECRUTAMENTO E  
SELEÇÃO

**SEGUNDA AVALIAÇÃO DO CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL  
EXTRAORDINÁRIO**  
**PAPILOSCOPISTA POLICIAL DA 3<sup>a</sup> CLASSE**

Candidato(a)

Inscrição

--	--

Nível

**SUPERIOR**

Turno

**TARDE**

Material

Além deste Caderno de Questões com quarenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala a Folha de Respostas.

Divulgação

A prova e o gabarito preliminar estarão disponíveis conforme previsto em Edital.

**INSTRUÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA**

- ▶ Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição em todos os documentos entregues pelo fiscal. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração e se o cargo corresponde àquele para o qual se matriculou.
- ▶ O não cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno e na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.
- ▶ A Folha de Respostas é o único documento válido para avaliação.
- ▶ Preencha os campos destinados à assinatura na Folha de Respostas. As respostas às questões objetivas devem ser preenchidas da seguinte maneira: ●
- ▶ Na Folha de Respostas, só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta. Esse documento deve ser devolvido ao fiscal na saída, devidamente preenchido e assinado.
- ▶ O prazo de realização da prova é de **4 horas**, incluindo a marcação da Folha de Respostas.

Fraudar ou tentar fraudar  
Concurso Público é Crime!  
Previsto no Art. 311 - A do  
Código Penal

**Boa prova!**

## Identificação Civil

1

A carteira de identidade é um documento de grande relevância para todo cidadão brasileiro. Sua emissão é realizada pelos órgãos de Identificação dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. De acordo com o Art. 2º da Lei n.º 7.116/83, qual documento é obrigatório para a expedição da Carteira de Identidade?

- (A) Comprovante de residência.
- (B) Certidão de nascimento ou de casamento.
- (C) Título de eleitor.
- (D) Passaporte.
- (E) Certidão de antecedentes criminais.

2

O requerente nascido fora do Brasil, cuja filiação seja estrangeira, poderá solicitar a Carteira de Identidade em Goiás, desde que tenha obtido a naturalização. Segundo a Lei n.º 7.116/83, qual das opções abaixo é verdadeira sobre o brasileiro naturalizado?

- (A) Ele deve apresentar apenas a certidão de nascimento ou casamento para obter a Carteira de Identidade.
- (B) O Certificado de Naturalização é dispensável para a emissão da Carteira de Identidade.
- (C) O brasileiro naturalizado deve apresentar o Registro Nacional de Estrangeiros para obter a Carteira de Identidade.
- (D) O Certificado de Naturalização é obrigatório para obter a Carteira de Identidade.
- (E) Ele pode utilizar o passaporte de seu país de origem para obter a Carteira de Identidade brasileira.

3

A Lei n.º 7.116/83 elenca o rol de elementos que devem constar na Carteira de Identidade. Assinale a alternativa que apresenta uma informação não prevista no referido rol de elementos.

- (A) Assinatura do dirigente do órgão expedidor.
- (B) Número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).
- (C) Identificação do órgão expedidor.
- (D) Nome do Cônjuge.
- (E) Filiação

4

Haja vista a nova relação estabelecida entre a Carteira de Identidade e o número do CPF, o que deve ser feito caso uma pessoa solicite o documento de identidade sem estar inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas, de acordo com a Lei n.º 7.116/83?

- (A) O órgão de identificação deverá inscrevê-la no CPF.
- (B) A solicitação será recusada até que o CPF seja obtido separadamente.
- (C) O cidadão deverá pagar uma taxa extra para emitir o CPF junto com a identidade.
- (D) O CPF será substituído por outro número de identificação.
- (E) A identidade será emitida sem o CPF e o cidadão poderá providenciá-lo depois.

5

A Carteira de Identidade pode ser expedida em papel de segurança, em cartão de policarbonato ou em formato digital. Quanto à expedição da Carteira em formato digital, conforme o Art. 5º, parágrafo único, do Decreto n.º 10.977/22, de que forma ela será realizada?

- (A) Somente de forma digital, sem necessidade de documento físico.
- (B) Em um processo separado, realizado exclusivamente online.
- (C) No mesmo processo de identificação da carteira física, sendo gerada após sua entrega.
- (D) Apenas para cidadãos que solicitarem diretamente à Receita Federal.
- (E) Apenas para aqueles que possuem passaporte válido.

6

O Decreto n.º 10.977/22 estabeleceu prazo de validade para as Carteiras de Identidade, conforme a idade do titular no momento da expedição do documento. Em consonância com a legislação vigente, uma Carteira de Identidade emitida para uma criança de 10 anos deverá ser renovada, por decurso do prazo de validade, após quantos anos?

- (A) 3 anos.
- (B) 10 anos.
- (C) 5 anos.
- (D) 15 anos.
- (E) Não precisa renovar.

7

O Sistema de Informações para Segurança Pública – SISP, mais conhecido como Sistema AGANP/SEGPLAN, trouxe diversas melhorias para os procedimentos de solicitação e confecção da Carteira de Identidade. Por meio dele, iniciou-se o processo de informatização dos registros biográficos existentes, possibilitando a inclusão de mais dados sobre o requerente e melhorando o banco de dados civil. Assinale a alternativa abaixo que contém o ano de implantação do referido sistema.

- (A) 1985
- (B) 1989
- (C) 1995
- (D) 2010
- (E) 2017

8

A Certidão de Registro Geral (RG) é um documento emitido pela Superintendência de Identificação Humana. Qual a finalidade desse documento?

- (A) Substituir a Folha de Antecedentes Criminais.
- (B) Demonstrar documentalmente, aos interessados, informações pertinentes ao registro gerado no Prontuário Civil da pessoa no Estado de Goiás.
- (C) Criar um novo número de RG para qualquer cidadão que solicitar.
- (D) Permitir a emissão de uma nova Carteira de Identidade para pessoas estrangeiras.
- (E) Informar o número de RG gerado em outro estado.

9

A Superintendência de Identificação Humana publicou, em 2019, a Portaria n.º 008, que estabelece o prazo máximo em que as Carteiras de Identidade impressas pela Gerência de Identificação Civil ficarão disponíveis para retirada nos locais de atendimento. Esse período é de

- (A) 2 anos
- (B) 180 dias
- (C) 90 dias
- (D) 365 dias
- (E) 5 anos

10

As Carteiras de Identidade expedidas de acordo com os padrões anteriores aos estabelecidos no Decreto n.º 10.977/22 permanecerão válidas por um determinado período. Assinale a alternativa que indica corretamente esse prazo.

- (A) Dez anos, contado da data de entrada em vigor do Decreto n.º 10.977/22
- (B) Cinco anos, contado da data de entrada em vigor do Decreto n.º 10.977/22
- (C) Quinze anos, contado da data de entrada em vigor do Decreto n.º 10.977/22
- (D) Três anos, contado da data de entrada em vigor do Decreto n.º 10.977/22
- (E) Prazo indeterminado.

## **Identificação Criminal**

**11**

**Quais documentos podem ser utilizados como prova de identidade civil para advogados e membros do Ministério Público?**

- (A) Apenas o documento de identidade profissional.
- (B) Apenas a carteira funcional.
- (C) Documento de identidade profissional e certidão de nascimento.
- (D) Apenas a certidão de nascimento.
- (E) Documento de identidade profissional e carteira funcional.

**12**

**Qual das alternativas a seguir NÃO configura hipótese autorizadora para a identificação criminal, conforme previsto no Art. 3º da Lei n.º 12.037/09?**

- (A) Documento com rasura ou indício de falsificação.
- (B) Documento insuficiente para completa identificação (ex.: certidão de nascimento).
- (C) Portar documentos de identidade com informações conflitantes.
- (D) Estado de conservação ou expedição que inviabilize a identificação dos caracteres essenciais.
- (E) Apresentar documento original sem qualquer irregularidade.

**13**

**Em caso de recusa do investigado em colaborar com o processo de identificação criminal, qual dispositivo autoriza a condução coercitiva?**

- (A) Art. 260 do Código de Processo Penal.
- (B) Art. 232 do Código de Processo Penal.
- (C) Art. 5º da Constituição Federal.
- (D) Art. 3º da Lei n.º 12.037/09.
- (E) Art. 7º-A da Lei n.º 12.037/09.

**14**

**Ao remeter os autos do inquérito ao juiz competente, a autoridade policial deve oficiar a qual instituição para informar os dados relativos à infração penal e ao indiciado?**

- (A) Ministério Público.
- (B) Escola Superior da Polícia Civil.
- (C) Instituto de Identificação ou repartição congênere.
- (D) Tribunal de Justiça.
- (E) Polícia Federal.

**15**

**Qual é o procedimento adotado nos casos em que o documento de identificação apresentado contém rasuras ou indícios de falsificação?**

- (A) A identificação criminal é dispensada.
- (B) A identificação criminal pode ser realizada mesmo com a apresentação do documento.
- (C) O documento é considerado idôneo para identificação civil.
- (D) O documento é automaticamente rejeitado sem a realização da identificação.
- (E) O indiciado é encaminhado para nova emissão de documento.

**16**

**Qual das situações abaixo justifica a realização da identificação criminal?**

- (A) Apresentação de documento original sem qualquer irregularidade.
- (B) Documento com informações conflitantes entre si.
- (C) Documento perfeitamente legível e atualizado.
- (D) Apresentação de documento com fotografia e dados completos.
- (E) Uso exclusivo de documentos de identidade civil.

**17**

**A papiloscopia é essencial para**

- (A) substituir a necessidade de documentos de identidade.
- (B) realizar exames laboratoriais de DNA.
- (C) confirmar a autoria do crime por meio da comparação de impressões digitais.
- (D) verificar a validade de fotografias apresentadas.
- (E) coletar dados para identificação civil exclusivamente.

**18**

**Qual documento, por si só, NÃO é suficiente para a identificação civil do indivíduo?**

- (A) Carteira de identidade com foto.
- (B) Certidão de nascimento.
- (C) Documento de identidade profissional.
- (D) Carteira funcional.
- (E) Documento original sem rasuras.

**19**

**Qual procedimento é adotado quando um documento de identificação apresenta informações conflitantes?**

- (A) O documento é imediatamente considerado idôneo para identificação civil.
- (B) O indiciado é liberado sem a necessidade de identificação criminal.
- (C) O documento é aceito sem questionamento, dispensando nova coleta de dados.
- (D) A identificação criminal é realizada para esclarecer a verdadeira identidade do indiciado.
- (E) O documento é descartado e substituído por outro, sem procedimento adicional.

**20**

**Qual o efeito jurídico atribuído à cópia autenticada de um documento, conforme o parágrafo único do Art. 232 do Código de Processo Penal?**

- (A) Não pode ser usada para identificação criminal.
- (B) Tem valor inferior ao original.
- (C) Possui o mesmo valor do original para suprir sua ausência.
- (D) Deve ser substituída por documento original, sempre.
- (E) Pode ser utilizada somente se acompanhada de testemunha.

## **Artigos 59 a 107 da Lei Orgânica da Polícia Civil**

**21**

**São garantias dos Escrivães de Polícia, Agentes de Polícia e Papiloscopistas Policiais, exceto:**

- (A) não ser constrangido por qualquer modo ou forma a agir em desconformidade com a sua consciência ético-jurídico-profissional.
- (B) requisitar, sempre que necessário, auxílio e colaboração das autoridades públicas para o exercício de suas atribuições, respeitada a legislação de cada órgão ou categoria requisitados.
- (C) a irredutibilidade de subsídio.
- (D) a independência funcional no desempenho de suas atribuições.
- (E) a estabilidade, após a confirmação no cargo, na forma da lei.

**22**

**Acerca das prerrogativas do servidor policial civil especificadas na Lei n.º 16.901/2010, assinale a alternativa incorreta.**

- (A) Os policiais civis não podem ser presos, exceto por ordem judicial escrita ou em flagrante delito, casos em que a autoridade deverá, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, comunicar e apresentar o policial ao Delegado-Geral da Polícia Civil, sob pena de responsabilidade.
- (B) Os policiais civis têm prioridade nos serviços de transporte e comunicação, tanto públicos quanto privados, quando em missão de caráter urgente, podendo requisitá-los, se necessário, desde que respeitadas as prerrogativas das demais carreiras.
- (C) Os policiais civis devem ser recolhidos em dependência ou cela especial quando sujeitos a qualquer modalidade de prisão.
- (D) As prerrogativas dos membros da Polícia Civil são inerentes ao exercício de suas funções e renunciáveis.
- (E) O servidor policial civil tem livre acesso a locais públicos ou particulares que necessitem de intervenção policial, na forma da legislação e respeitada a hierarquia administrativa.

**23**

**São deveres do servidor policial civil:**

- I. Atender com zelo e presteza a requisições para a defesa da Fazenda Pública.
- II. Levar ao conhecimento do membro do ministério público as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo.
- III. Frequentar com assiduidade, para fins de promoção automática, os cursos instituídos periodicamente pela Gerência de Ensino da Polícia Civil ou estabelecimento congêneres, em que haja sido efetivamente matriculado.
- IV. Residir na sede do município onde exerce o cargo ou função, ou onde autorizado.
- V. Guardar sigilo sobre assuntos de outro órgão.

- (A) Os itens I e III estão corretos.
- (B) Os itens II e IV estão corretos.
- (C) Os itens IV e V estão corretos.
- (D) Os itens I e V estão corretos.
- (E) Os itens I e IV estão corretos.

**24**

**Em relação à entrega da arma de fogo e da respectiva munição pelo policial civil, assinale a alternativa INCORRETA.**

- (A) Deverá ser entregue em audiência judicial ou correicional, a critério do juiz competente, da autoridade corregedora, sindicante ou processante.
- (B) Deverá ser entregue caso o policial civil esteja em possível estado de surto psicótico.
- (C) Deverá ser entregue caso o policial civil esteja em estado de flagrante delito.
- (D) Deverá ser entregue caso o policial civil receba ordem fundamentada de autoridade corregedora, sindicante ou processante.
- (E) Deverá ser entregue caso o policial civil receba ordem de autoridade pública competente, quando o motivo justificar.

**25**

**São garantias dos Delegados de Polícia, EXCETO,**

- (A) ingressar livremente em qualquer edifício ou recinto onde funcione repartição pública do Estado e ter acesso a documentos e informações úteis ao exercício da atividade funcional, respeitada a hierarquia administrativa.
- (B) ser removido de ofício apenas em face da necessidade do serviço, definida em ato motivado do Delegado-Geral da Polícia Civil, com aprovação de 3/5 (três quintos) do Conselho Superior da Polícia Civil.
- (C) não ser constrangido por qualquer modo ou forma a agir em desconformidade com a sua consciência ético-jurídico-profissional.
- (D) a independência funcional no desempenho de suas atribuições.
- (E) a irredutibilidade de subsídio.

**26**

**Sobre a remuneração do policial civil, assinale a alternativa CORRETA.**

- (A) Todos os policiais civis serão remunerados pelo regime de subsídio.
- (B) Apenas os delegados de polícia serão remunerados pelo regime de subsídio.
- (C) A remuneração poderá ser fixada em até duas parcelas, devendo ser pagas necessariamente no mês trabalhado.
- (D) As duas parcelas de remuneração dos servidores policiais civis serão fixadas em níveis condizentes com a relevância da função, de forma a compensar todas as vedações e incompatibilidades específicas que lhes sejam impostas.
- (E) Todas as alternativas anteriores estão incorretas.

**27**

**Em relação à promoção, assinale a alternativa CORRETA.**

- (A) Em regra, a elevação do servidor consiste na ascensão de uma classe para outra imediatamente superior àquela em que se encontrava, dentro da categoria funcional a que pertence, em sua respectiva série de Classes.
- (B) Excepcionalmente, apenas para os cargos de Agente de Polícia e Escrivão de Polícia, considera-se como promoção a elevação do servidor de uma classe para o padrão I da classe imediatamente superior àquela em que se encontrava, dentro da categoria funcional a que pertence, na respectiva série de classes.
- (C) As promoções serão realizadas semestralmente, nos meses de julho e dezembro de cada ano, obedecendo aos limites, procedimentos e condições pessoais do servidor policial concorrente, estabelecidos nesta Lei, até o último dia imediatamente anterior à análise pelo órgão competente.
- (D) Serão considerados promovidos os servidores que falecerem durante o processo promocional, mesmo que a promoção a que tinham direito por merecimento não tenha sido processada.
- (E) Os direitos e as vantagens decorrentes da promoção serão contados a partir da publicação do ato, mesmo que esta tenha ocorrido fora do prazo legal.

**28**

**Não poderão concorrer às promoções os servidores policiais civis que**

- (A) forem julgados pela prática de crime, com decisão transitada em julgado.
- (B) estiverem presos em flagrante delito.
- (C) estiverem com medida cautelar decretada, mesmo que diversa da prisão.
- (D) a juízo do Gerente de Correções e Disciplina, estiverem respondendo a Processo Administrativo Disciplinar ou Criminal.
- (E) forem condenados pela prática de crime de menor potencial ofensivo, enquanto durar o cumprimento da pena.

**29**

**Os atos de promoção são de competência exclusiva do**

- (A) Governador do Estado de Goiás.
- (B) Delegado-Geral.
- (C) Conselho Superior da Polícia Civil.
- (D) Secretário de Segurança Pública do Estado de Goiás.
- (E) Chefe de Polícia Judiciária.

**30**

**O impedimento à promoção será declarado pelo**

- (A) Gerente de Correções e disciplina da Polícia Civil.
- (B) Secretário de Segurança Pública do Estado de Goiás.
- (C) Delegado-Geral da Polícia Civil.
- (D) Conselho Superior da Polícia Civil.
- (E) Governador do Estado de Goiás.

## **Artigo 204 da Lei Estadual nº 20.756/2020**

**31**

De acordo com Art. 204, inciso I, da Lei Estadual nº 20.756/2020, a conduta de “[...] transitar por logradouro público portando arma de fogo, sem a respectiva identificação funcional”, constitui transgressão punida com penalidade de

- (A) suspensão dos direitos políticos.
- (B) cassação de aposentadoria.
- (C) prestação de serviço à comunidade.
- (D) demissão.
- (E) advertência.

**32**

Mévio, Escrivão de Polícia lotado na Delegacia de Polícia da cidade de Ararué/GO, chefe de cartório da Unidade Policial, causou, por negligência (desatenção), o extravio de arma de fogo apreendida. Tal conduta, nos termos do Art. 204, inciso XI, da Lei Estadual nº 20.756/2020, poderá configurar transgressão disciplinar

- (A) somente se a arma não tiver sido periciada.
- (B) somente se a arma de fogo for registrada no SINARM.
- (C) desde que a arma apreendida esteja sob sua responsabilidade, ainda que não seja da Instituição (Polícia Civil).
- (D) somente se a arma de fogo possuir numeração visível.
- (E) em nenhuma hipótese, pois tal conduta não tem repercussão administrativo-disciplinar.

**33**

Marque a única alternativa correta. A(s) penalidade(s) prevista(s) para as transgressões tipificadas no Art. 204 da Lei Estadual nº 20.756/2020 é (são)

- (A) admoestação verbal e limitação de final de semana.
- (B) reclusão e detenção.
- (C) prestação de serviços à comunidade e interdição temporária de direitos.
- (D) admoestação verbal e repreensão.
- (E) advertência, suspensão e demissão.

**34**

A depender da gravidade do fato cometido, a penalidade de suspensão, prevista em diversas transgressões do Art. 204, da Lei Estadual nº 20.756/2020, pode variar nos seguintes prazos:

- (A) de 01 (um) a 03 (três) anos.
- (B) de 01 (um) a 10 (dez) dias; de 11 (onze) a 14 (quatorze) dias.
- (C) de até 30 (trinta) dias; de 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias; de 61 (sessenta e um) a 90 (noventa) dias.
- (D) de 137 (cento e trinta e sete) a 238 (duzentos e trinta e oito) dias.
- (E) de 06 (seis) a 12 (doze) horas; de 13 (treze) a 24 (vinte e quatro) horas; e de 25 (vinte e cinco) a 36 (trinta e seis) horas.

**35**

Marque a única alternativa correta. Nos termos do inciso III, do Art. 204, da Lei Estadual nº 20.756/2020, constitui transgressão disciplinar e ao policial civil é vedado (proibido), discutir ou provocar discussões, pela imprensa, a respeito de assuntos policiais, EXCETUANDO-SE:

- (A) os de crimes de homicídio, independentemente de autorização.
- (B) os de natureza exclusivamente técnica, quando devidamente autorizados.
- (C) os ocorridos em outra Unidade Policial.
- (D) os de violência doméstica, quando envolver pessoa maior e capaz.
- (E) os relacionados a criança e adolescente, quando houver participação do Conselho Tutelar na diligência.

**36**

Dentre as transgressões relacionadas abaixo, extraídas do Art. 204, da Lei Estadual n.º 20.756/2020, marque a única alternativa CORRETA.

- (A) É permitido ao policial civil deixar de guardar, em público, a devida compostura, comprometendo a função pública.
- (B) É facultado ao policial civil irrogar (atribuir) sua qualidade de policial fora dos casos necessários ou convenientes ao serviço.
- (C) É permitido ao policial civil ordenar ou executar medida privativa da liberdade individual, desde que obedecidas as formalidades legais.
- (D) É autorizado ao policial civil deixar de cumprir ou de fazer cumprir, na esfera de suas atribuições, as leis e os regulamentos.
- (E) É permitido ao policial civil atentar, com abuso de autoridade ou prevalecendo-se dela, contra a inviolabilidade do domicílio.

**37**

Durante participação em bloco de carnaval de sua cidade, um policial civil portava a arma de fogo institucional na cintura, deixando-a o tempo todo à mostra. Essa conduta, além de atentar contra sua própria segurança, poderá caracterizar, nos termos do Art. 204, da Lei Estadual n.º 20.756/2020, a seguinte transgressão disciplinar:

- (A) fazer uso indevido de arma, bem como portá-la ostensivamente em público.
- (B) simular fato ou condição para esquivar-se do cumprimento de obrigação funcional.
- (C) recusar-se a executar ou executar deficientemente qualquer serviço para evitar perigo pessoal.
- (D) faltar à verdade no exercício de suas funções.
- (E) praticar advocacia na repartição.

**38**

Durante a lavratura de Auto de Prisão em Flagrante, um policial civil plantonista autoriza o preso (recolhido na cela da delegacia) a permanecer portando um cortador de unha. Considerando o que dispõe o Art. 204, da Lei Estadual n.º 20.756/2020, tal conduta poderá configurar a seguinte transgressão disciplinar:

- (A) submeter pessoa sob sua guarda ou custódia a vexame ou constrangimento.
- (B) permitir que o preso mantenha em seu poder instrumento capaz de causar dano nas dependências em que esteja recolhido, ferir a si mesmo ou produzir lesões em terceiros.
- (C) deixar de adotar providências em relação a uma ocorrência no âmbito de suas atribuições, exceto em caso de impedimento devidamente comunicado em tempo hábil.
- (D) maltratar preso sob sua guarda ou usar de violência desnecessária, no exercício da função policial ou de segurança prisional.
- (E) entreter-se, nos locais e horários de trabalho, em atividades estranhas às suas atribuições.

**39**

Dentre as transgressões relacionadas abaixo, extraídas do Art. 204, da Lei Estadual n.º 20.756/2020, marque a única alternativa INCORRETA.

- (A) É proibido ao policial civil conversar ou entender-se com preso, sem estar autorizado por sua função ou autoridade competente.
- (B) É vedado ao policial civil recusar-se a executar, ou executar de forma deficiente, qualquer serviço com o objetivo de evitar perigo pessoal, salvo por motivo justificável.
- (C) É proibido ao policial civil publicar, sem ordem expressa da autoridade competente, documentos oficiais, embora não reservados, ou ensejar a divulgação de seu conteúdo, no todo ou em parte.
- (D) É vedado ao policial civil introduzir material inflamável ou explosivo na repartição, ainda que seja em obediência a ordem de serviço expedida pela autoridade competente.
- (E) É proibido ao policial civil levar à prisão ou nela conservar quem quer que se proponha a prestar fiança, quando admitida em Lei.

**40**

**Considerando as transgressões contidas no Art. 204, da Lei Estadual n.º 20.756/2020, marque a única alternativa INCORRETA.**

- (A) É proibido ao policial civil espalhar falsas notícias em prejuízo ou desprestígio da ordem policial.
- (B) É vedado introduzir bebidas alcoólicas na repartição policial, seja para uso próprio ou de terceiros.
- (C) É proibido ao policial civil omitir-se no zelo da integridade física ou moral dos presos sob sua guarda.
- (D) É vedado ao policial civil maltratar preso sob sua guarda ou usar de violência desnecessária, no exercício da função policial.
- (E) É proibido ao policial civil levar à prisão ou nela conservar a pessoa presa por crime que não se admita fiança.

-destaque aqui-

## GABARITO RASCUNHO